

O TERRITORIALISMO COMPETITIVO E A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Wesley Cantelmo

IGC/UFMG - wesleycantelmo@yahoo.com.br

Carlos Lobo

IGC/UFMG – carlosfflobo@gmail.com

Ricardo Alexandrino Garcia

IGC/UFMG - alexandrinogarcia@gmail.com

Introdução

O objetivo deste trabalho é propor um debate crítico frente à racionalidade hegemônica na formação da sociedade brasileira em seu projeto de modernidade. O desenvolvimento econômico, tão perseguido e almejado, não raro, produz territórios-mercadoria que são negociados nos mercados especulativos, tendo como seu principal promotor de vendas o próprio Estado, por meio de suas políticas públicas. Paralelamente, outras territorialidades, presentes na raiz social brasileira são combatidas e tachadas de irracionais. Nesse sentido, busca-se o resgate da noção de territorialismo, bem como sua articulação com uma incursão teórica crítica a respeito do desenvolvimento, principalmente aquela elaborada por Celso Furtado. Por fim, será apresentada uma análise crítica da Política Nacional de Desenvolvimento Regional a luz de seu caráter territorialista.

O territorialismo como estratégia-prática de poder

São diversas as incursões teóricas sobre a noção de territorialismo, realizadas por diferentes vertentes das ciências humanas e sociais. O próprio conceito de território, tão tradicional em determinadas disciplinas, como a Geografia, não escapa sem maiores polêmicas, ainda que esteja atrelado diretamente ao exercício do poder. Uma importante referência na literatura nacional do debate sobre a noção de território foi elaborada por Rogério Haesbaert da Costa. Esse autor apresenta, ainda, uma importante crítica a respeito do uso do conceito de territorialismo, que por vezes não é “bem visto” no âmbito da Geografia, uma vez que é associado a uma atitude politicamente agressiva e repressiva, pois expressa a não aceitação do “outro”. Haesbaert (2006), em um primeiro momento, faz dura crítica ao

economista político Giovanni Arrighi (1996), que explorou a noção de territorialismo como explicativa da dinâmica de poder (estatal) vigente nas sociedades pré-capitalistas (europeias, principalmente), em que o controle do território, enquanto zona de controle da terra e da população, estabelece-se como principal elemento. Essa dinâmica de poder, segundo Arrighi (1996), teria sido contraposta pela lógica de reprodução de poder da sociedade ocidental moderna – o capitalismo. Haesbaert (2006) questiona a falta de rigor de Arrighi (1996) no uso do conceito de território, destacando seu significado “mais comum”: como um “pedaço de chão”. Contudo, a crítica mais contundente feita por Haesbaert (2006) diz respeito a definição de territorialismo proposta por Arrighi (1996). Para Haesbaert,

[...] a que “territorialismo” ele está se referindo, já que, pelo menos na Geografia, esta concepção tem um sentido bastante negativo e que não se refere, ou se refere apenas em parte, à interpretação proposta pelo autor. Prévert (*in* Brunet *et al.*, 1993), por exemplo, define territorialismo como “mau uso da territorialidade, derivação pela qual sobrevaloriza-se um território de pertencimento, a ponto de pretender excluir toda pessoa considerada como estrangeira, e eventualmente de estendê-lo em detrimento dos vizinhos: o territorialismo tem a ver com terrorismo”. Trata-se de um território naturalizado, a-histórico, “animalizado”, como se tivéssemos naturalmente um “direito ao solo” (Haesbaert, 2006, p. 180).

De fato, a crítica quanto ao uso do conceito de território em Arrighi reforça sua relevância. O próprio Haesbaert (2006) aposta em sua capacidade enquanto categoria de análise das relações sociais e, mais ainda, chama atenção às questões eminentemente ontológicas – de modo que o território deve ser considerado como um elemento inerente da sociabilidade humana. Contudo, baseando-se nas visões mais correntes da literatura geográfica, como demonstrado por Haesbaert (2006), além dos argumentos expostos por Prévert (1993), considera-se que esse conceito também assume especial importância na análise das políticas de desenvolvimento adotadas na atualidade. Com base nesse conceito é possível identificar elementos explicativos das contradições da sociabilidade moderna. Uma questão central, por exemplo, refere-se à compreensão das práticas hegemônicas de poder na contemporaneidade, que são fundamentalmente as práticas capitalistas de reprodução do espaço, que produzem o espaço sob a égide daquilo que Lefebvre (1991) designa como práticas de dominação em contraposição à apropriação. Procura-se, assim, explorar como a noção de territorialismo foi e vem sendo utilizada como estratégia de poder que busca renegar o outro: o diferente, que busca, justamente, naturalizar, “animalizar” relações e, desse modo, produzir o território a partir de sua funcionalidade, ou naturalização de uma racionalidade, que, no muito, procura converter o “outro” e fazê-lo se adaptar a sua lógica.

Em outra vertente teórica, o conceito de territorialismo foi trilhado por Iná Elias de Castro (2005). Essa autora aborda os conflitos entre Estados Nacionais, considerados centrais na geopolítica, pelo menos até meados da década de 1970. No âmbito deste debate, a questão de formação das fronteiras entre os países, seu tamanho e localização estratégica seria o resultado de uma dinâmica de intensa disputa entre Estados-nacionais. Os argumentos propostos por Castro (2005) destacam como a competição internacional está intimamente vinculada às condições materiais da circulação no sistema capitalista. Nesse processo o Estado assume papel estratégico na produção do território, seja enquanto zona (escala do nacional), seja como rede (transações de valores em escala global). A autora defende a relevância desse debate na atualidade, apesar dos avanços tecnológicos e das novas estratégias decorrentes do processo de globalização. Castro (2005) também procura demonstrar que existe uma dualidade na atuação do Estado na produção do território. Trata-se de uma dualidade escalar: de um lado o Estado e suas relações como o externo – que diz respeito às disputas com outros Estados-nacionais, seja pelo controle de fluxos econômicos, para o exercício de influência política; de outro, a relação do Estado com o interno – em que se apresentam as estratégias de controle social, que nesse caso quer dizer controle das práticas políticas que se desenham e produzem espaço. A dualidade que se percebe na atuação do Estado, nessas duas escalas destacadas, por estarem interconectadas, favorecem a compreensão de que ele cumpre o papel de articulador dos fluxos de reprodução do valor e de ator tático de uma governamentalidade social que sustenta a naturalidade das práticas hegemônicas de poder, configuradas como práticas capitalistas de produção e circulação. Esse arranjo tático parece característico das práticas que Foucault (2008a) considera como “técnicas de governamentalidade”, que ganham forma nas ações de planejamento territorial. Não raro, as mazelas sociais têm sido explicadas pelo fato de esses espaços não apresentarem, pelo menos de maneira satisfatória, adequada integração com os mercados nacionais e internacionais. O Mercado se coloca, portanto, como definidor do sucesso ou fracasso das tais técnicas de governamentalidade, como reflexo da “verdade” sustentada pelo Estado (FOUCAULT, 2008b). Assim, o territorialismo, representado pela ação social do Estado, conforme aponta Castro (2005), faz parte de um processo amplo de produção de território sob a égide da racionalidade de mercado.

Outra abordagem sobre a noção de territorialismo refere-se àquela de natureza cultural, cujo foco é dado às iniciativas de “eticização” da vida social (HAESBAERT, 2006). Nesse caso, a ideia de territorialismo também não foge à ação política. Na verdade, ao

recorrer à “eticização”, um grupo age politicamente em contraponto a uma dinâmica que o fragiliza. Há, portanto, o estranhamento e a ação de contraposição – uma produção reativa do território, que, muitas vezes, representa uma estratégia de sobrevivência. Haesbaert (2006) analisa a questão utilizando-se da tese de “choque de civilizações”, proposta por Samuel Huntington (1997). Para esse autor, as identidades culturais seriam motores da dinâmica de conflitos, bem como de algumas coesões, como foi possível perceber no período pós-Guerra Fria, em um movimento de territorialização em torno das civilizações. Haesbaert (2006), contudo, faz importante crítica à Huntington (1997) quanto ao caráter simplista de sua interpretação da territorialidade das civilizações, embora destaque que essa abordagem cultural-territorialista abre campo para a investigação de importantes movimentos sociais, nas mais diversas escalas, inclusive na escala das redes, como nas diásporas de imigrantes.

Souza (2007), ao discutir a pertinência do uso do conceito de territorialidade como uma representação de “controle territorial”, considera que seria preferível o uso da expressão “territorialismo”. De acordo com esse autor, o territorialismo representa uma estratégia de dominação do espaço. Destaca ainda que pode haver diversos tipos de “territorialismos”, assim como existem diversas territorialidades, que estão relacionadas a uma forma de produção do território enquanto estratégia de poder, que procura tornar “natural” determinado tipo de prática social.

Desenvolvimento, territorialismo e relações de poder

A abordagem exposta nesse trabalho sugere que relações de poder podem ser claramente identificadas no discurso desenvolvimentista e estão relacionadas a uma estratégia específica de produção territorial: a capitalista. Nessa perspectiva, parte-se da noção de poder baseada nas elaborações de Michel Foucault, para quem, poder afasta-se de um enfoque centrado nas relações de dominação, vinculadas à intervenção violenta, voltando-se para as sutilezas, como um sistema de saber-fazer. Isto é, o poder está mais relacionado à produção de uma “verdade” socialmente aceita, ainda que existam movimentos de resistência. Esse aspecto se torna essencial, pois está intimamente vinculado aos diferentes tipos de territorialismo. Desde sua forma mais específica, em escala local, por exemplo, que envolve um grupo de imigrantes que se fecha em uma estratégia valorizadora de sua cultura típica como uma verdade essencial para a sua sobrevivência e reprodução (HAESBAERT, 2006), até uma forma de territorialismo globalizante que, variando entre estratégias sedutoras e agressivas, difunde os princípios de uma forma social que se faz hegemônica mundialmente.

As teorias do desenvolvimento, difundidas durante o Século XX, oferecem elementos de análise das tecnologias de poder presentes nas relações capitalistas. É importante ressaltar que o movimento de construção de uma racionalidade própria a esse sistema social faz parte da construção e perpetuação de tipo específico. O debate em si é combustível para o desenho de um saber hegemônico, desde que ele não permita a extrapolação de seus princípios lógicos, que aqui, no caso do debate sobre a noção de desenvolvimento, interpreta-se em duas linhas que se coadunam: i) reprodução do modo de produção e ii) busca pela superação da desigualdade; que fazem do desenvolvimento algo “necessário”, enquanto objetivo social, refletido na formação de alguns territórios.

No âmbito dos debates a respeito do desenvolvimento, Furtado (1978) apresenta elementos teóricos que abordam o movimento de produção de uma racionalidade própria às relações capitalistas. Ressalta a capacidade de um determinado agente de modificar o meio em que atua através da apresentação de um “fator volitivo”, criador de novo contexto por meio de seu comportamento. Essa capacidade está ligada ao mecanismo que permite a um determinado agente impor sua própria vontade, consciente ou inconscientemente, frente aos demais agentes sociais, qual seja: a criatividade. A criatividade, enquanto um dispositivo de poder que alimenta a dinâmica das inovações é um elemento de propagação de um saber social que influencia a vida de um conjunto maior de pessoas. As inovações, no âmbito das teorias do desenvolvimento, tem ocupado posição importante, principalmente no que diz respeito à reprodução capitalista, mas, também, como um elemento estratégico para a superação das desigualdades. Nesse aspecto, no conjunto social estabelecem-se, conforme os movimentos de inovação, dois extremos de agentes: os agentes de comportamento adaptativo; e agentes cujo comportamento e decisões modificam o comportamento dos demais. O movimento de desenvolvimento que representa reconfigurações das estruturas sociais no capitalismo, inclusive no espaço, é necessariamente resultado de decisões que propagam uma racionalidade macrossocial (FURTADO, 1978), que beneficia uma fração específica dos agentes sociais.

A lógica de competição intercapitalista, que motiva a inovação nas técnicas de produção e também o surgimento de novas mercadorias, provoca, de modo análogo, a produção de territórios que, subordinados às estratégias desenvolvimentistas, refletem a ação de agentes hegemônicos. Isso pode ser percebido por meio do acesso, via consumo, aos produtos da ponta do desenvolvimento tecnológico; atração de infraestrutura produtiva de base tecnológica; incorporação de tecnologias nas atividades produtivas e nos serviços;

estabelecimento de infraestrutura de consumo coletivo que ligam o território-zona aos territórios-rede do fluxo global financeiro e de mercadorias, cada vez mais rápidos e dinâmicos; e infraestrutura das redes de comunicação global, em constante inovação.

Contudo, as relações de poder não se limitam ao aspecto econômico relacionado à inovação. Segundo Furtado (1978), é importante estar atento às

Decisões há que visam exatamente a limitar o poder de iniciativa de certos agentes; ou a canalizar esse poder em função de objetivos de ordem mais geral, como é o caso da estabilidade do sistema. [...] **É a partir da identificação dos centros de onde emanam essas decisões destinadas a compatibilizar as iniciativas da multiplicidade de agentes, que exercem poder em graus distintos, que se define o perfil de um sistema econômico. A necessidade de lograr um certo grau de coerência entre as atuações desses centros coordenadores explica a presença de um centro hegemônico como elemento tutelar das atividades econômicas.** O que se chama racionalidade macroeconômica não é mais do que a percepção *ex-post* da coerência obtida mediante o esforço coordenador desse centro hegemônico (FURTADO, 1978, p. 18, destaque nosso).

No que se refere à produção de espaço, as relações que, a princípio, se desenham no ambiente de disputa intercapitalista, apresentam caráter mais geral e conduzem grupos sociais, alvos do movimento de difusão racional, a se “desterritorializarem” enquanto território não-capitalista (pelo menos em suas relações de produção) – e se “reterritorializarem”, conforme a perspectiva dos mercados. Os centros de comando desse processo são perceptíveis e sua atuação foi se transformando durante a história (SANTOS E SILVEIRA, 2012). A princípio a atuação desses centros representava a difusão da racionalidade nascida na Europa, que estava estritamente vinculada com os interesses de uma classe emergente que se tornava hegemônica. Em seguida, tais centros passaram a exercer evidente papel de coordenação das relações entre centro e periferia, o que sempre culminou na sustentação das vantagens da classe capitalista europeia e, posteriormente, a dos Estados Unidos (FURTADO, 1978). Ao mesmo tempo, nas periferias do mundo capitalista, com suas elites embebidas da racionalidade moderna, “justifica-se” a ação social em favor de uma possível superação territorial das condições que os diferenciam dos centros (LACOSTE, 1978). Na sociedade capitalista contemporânea (neoliberal), esses centros se constroem nas mais diversas escalas entre o local e o global e se confundem com as decisões especulativas no âmbito do capital financeiro.

A partir da elaboração de Furtado (1978) pode-se desenhar o componente espacial que envolve as práticas de poder econômico, necessárias à dinâmica do desenvolvimento. Isto é, o desenvolvimento é também entendido como um conjunto de práticas de conteúdo econômico em que um agente é capaz de exercer influência sobre o conjunto de uma

sociedade. Essas práticas estão essencialmente vinculadas à produção de um espaço de reprodução desse modo social, em seus termos institucionais e normativos, bem como na estrutura física e informacional, em meios estáticos ou fluidos, das sociedades contemporâneas. Logo, um complexo de territórios é formado, a partir das decisões de certos agentes e da influência que exercem sobre a sociedade.

Quanto às estruturas institucionais, Furtado (1978) ressalta que a influência dos agentes econômicos trabalha para formalização das práticas de poder. O Estado, como elemento central desse processo formalizador, congrega os interesses econômicos em um conjunto de diretrizes que expressam o caminho do desenvolvimento, denominado política econômica. Trata-se de uma unidade de orientação formal que disciplina a ação social e que revela o poder político das decisões econômicas (POLANYI, 1980).

A capacidade de iniciativa permanece como o fator estratégico, pois a reprodução da estrutura de privilégios que caracteriza o sistema requer a transformação contínua deste. Esta a razão pela qual, não obstante a formidável diversificação da ação do Estado, as grandes empresas ocupam posição predominante: a elas corresponde o máximo de iniciativas no campo da acumulação e da orientação da criatividade (FURTADO, 1978). A influência das grandes empresas, por diversas vertentes, dentre as quais ressalta-se a ação do Estado, estabelecem-se na vida cotidiana, nas estruturas de reprodução social e tende a fazer da vida das pessoas a busca pelo desenvolvimento, no sentido de uma (im)provável ruptura do fosso que às separa daqueles beneficiários diretos do processo de reprodução das grandes empresas. Ao mesmo tempo, é dessa busca pelo (im)provável que os grandes grupos acumuladores de capital tiram seu combustível de reprodução, pois é a sua lógica de raciocínio, seu saber, que se difunde aos lugares mais remotos da vida cotidiana. Nesse sentido, o desenvolvimento deixa de ser um aspecto econômico-produtivo da vida social e deve ser compreendido como um processo de organização social, que tem como fundamento a concentração dos mecanismos de poder, expressa pela influência dos interesses das grandes empresas na vida cotidiana.

A noção de desenvolvimento está relacionada a um tipo específico de saber. O saber nascido da ideologia liberal, que formou o seu discurso com elementos da filosofia naturalística que se impôs a partir das formulações Newtonianas (FURTADO, 1978; SMITH, 1988; FOUCAULT, 2008b). Os indivíduos seriam orientados por uma razão inerente a natureza humana em que vigora a lei do menor esforço e o desejo pela melhora de seu “bem-estar”. Assim, produziriam coletivamente um sistema social em que a adequada “canalização

institucional” garantiria o que fora chamado de progresso. (FURTADO, 1978). O Estado, nesse sentido, seria um quadro institucional articulador. O desenvolvimento caracteriza-se, portanto, como um processo de produção de território, que se estende desde as relações em escala local até a global, que pretensamente se posta, não somente como superior aos demais, mas, como único. Trata-se do territorialismo capitalista.

Territorialidade e desenvolvimento regional no âmbito da PNDR (Governos pós-2003)

A análise de uma política específica de governo permite demonstrar como a lógica territorialista da reprodução capitalista se manifesta, mesmo em um governo que surge em meio a um discurso, pelo menos aparentemente, de esquerda; e como isso se reflete nas projeções política-governamentais de produção de território(s), de acordo com o pensamento hegemônico na contemporaneidade. A escolha desse plano não foi ao acaso: trata-se do lugar institucional em que a ação do governo durante esse período alimentou o discurso da produção de território(s). Trata-se da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), assumida formalmente desde 2007 (BRASIL, 2007) e coordenada Pelo Ministério da Integração Nacional (MIN).

Nesse momento o maior avanço da PNDR foi a institucionalização, ainda que de forma embrionária, de espaços de diálogo com a população. Em suas diversas áreas de atuação, as ações geralmente foram desenvolvidas com base em uma abordagem participativa. Por outro lado, percebe-se que dentro dessa abordagem há a combinação ambígua entre um sentido educador (disciplinador) e um sentido de verificação das reais necessidades e entendimento das formas de reprodução social das diferentes territorialidades brasileiras. A verificação desse movimento contraditório da abordagem participativa pode ser investigada nos Planos de Desenvolvimento Regional elaborados durante a década de 2000. Os principais: “Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Semi-Árido” (PDSA) (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005); “Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007-2020)” (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2007); e “Plano Amazônia Sustentável” (Brasil. Presidência da República, 2008). Este último, voltado para a região amazônica, será objeto de análise crítica que se apresenta a seguir, a título de exemplo.

O caso do “Plano Amazônia Sustentável”

Este plano, em particular, é um dos principais expoentes de uma importante problematização quanto às possíveis formas alternativas de reprodução social frente às estratégias de competitividade capitalista, mais tradicionais na formação do território

brasileiro. Todavia, apesar do esforço de compreensão de outras dinâmicas de reprodução, o núcleo central ainda se concentra na perspectiva de inclusão da região nos circuitos globalizados da economia capitalista. De modo geral, esse plano representa o registro formal de uma série de conflitos relacionados à produção do território amazônico. Uma tentativa de produção de “consensos”, mesmo lidando com questões em que o acordo é bastante improvável.

De um lado, o reconhecimento das diversidades amazônicas: valorização da diversidade sociocultural e ambiental; ampliação da presença do Estado para estabelecimento de maior governabilidade no que diz respeito à ocupação e ao uso dos recursos naturais, às transformações socioprodutivas e garantia dos direitos das populações tradicionais; segurança quanto ao direito de reprodução social das populações tradicionais; combate ao desmatamento; proteção da floresta e demais recursos naturais; estabelecimento de mecanismos voltados ao consumo local e regional de produtos oriundos de movimentos de economia popular e solidária. De outro lado, verifica-se o estímulo ao enquadramento competitivo dos recursos amazônicos ao circuito cosmopolita da economia, como: estímulo ao adensamento da cadeia produtiva do agronegócio para atendimento de mercados externos; consolidação de iniciativas como a do polo industrial da zona franca de Manaus; estímulo à formação de novos polos industriais vinculados à exploração de recursos naturais, nesse caso, os setores gás-químico, cloro-químico, mineração e de materiais de transporte fluvial. Todas as iniciativas, em certa medida, foram direcionadas a favorecer as tradicionais frações do capital brasileiro, historicamente especulativo e mercantil (BRANDÃO, 2007).

Por uma terceira via, observam-se as diretrizes que são a essência do esforço conciliatório, por incorporarem o discurso político-ambiental nas iniciativas de inclusão mercadológica competitiva, quais sejam: combate ao desmatamento ilegal e ao uso do solo em padrão extensivo; recuperação florestal; estímulo ao uso múltiplo da floresta, em bases sustentáveis, principalmente, com aplicação de conhecimento técnico-científico e com a promoção de capacitação das populações usuárias; incentivo aos assentamentos rurais de base sustentável; revisão do marco regulatório sanitário e fiscal para as cadeias produtivas de fitoterápicos, para estímulo ao uso sustentável da biodiversidade (BRASIL. Presidência da República, 2008). Esse último conjunto de diretrizes revela um conjunto de estratégias voltadas à produção de espaços de (re)produção da vida social conectados aos mecanismos gerais de reprodução capitalista, em que o território é produzido sob as determinações/naturalização do princípio da competitividade.

A história da Amazônia nos mostra a dinâmica da formação de povos que, secularmente, encontraram na floresta sua forma de sobrevivência e reprodução social. Indígenas, negros-quilombolas, caboclos, camponeses ribeirinhos e migrantes vindos de diversas regiões, principalmente pobres originários do Nordeste brasileiro. Contudo, é a partir da encarnação da face política do discurso ecológico, em meados da década de 1970, que a menção constante à necessidade de fortalecimento e incentivo às práticas que estejam em equilíbrio com os biomas amazônicos e, também, com suas populações, se torna comum e extrapola, sob a forma de discurso, para além das fronteiras amazônicas. Claramente se nota a criticidade deste discurso, que se constrói como contraponto à forma com que historicamente se estabeleceram as relações de produção hegemônicas no espaço amazônico.

Wanderley da Costa (2007) demonstra a força dos setores chamados de conservadores ou convencionais perante a economia regional amazônica. O principal deles, o agronegócio tradicional em bases extensivas (intensivas em terra) que, apesar das possibilidades tecnológicas disponíveis, em virtude das possibilidades/facilidades de expansão ao longo das terras amazônicas seguem em um quadro de modernização conservadora e devastadora, que marca o território amazônico (COSTA, 2007). Podem-se incluir nesse bojo os projetos do setor de mineração, já tradicionais e em constante expansão na região, assim como os grandes projetos hidroelétricos, historicamente capitaneados pelo Governo brasileiro, a exemplo do que acontece atualmente com o Projeto Belo Monte, em Altamira, no Pará. José de Souza Martins (1991) bem exemplifica o poder devastador que tais projetos exercem sobre as territorialidades dos povos da floresta ao analisar os pressupostos desses projetos: remoção, aniquilamento, integração ou assimilação das populações indígenas e demais povos da floresta, que podem representar entraves.

Essas estratégias e princípios permanecem vigentes, mesmo em debates avançados como o do PAS. É claro o tom dramático que se estabelece decorrente do antigo/atual modelo de desenvolvimento, que tem como fundamento a transformação da Amazônia em um território guiado pelos princípios do pensamento competitivo, como alerta Carlos Walter Gonçalves (2001). Apesar da crescente mobilização por lutas sociais na história da Amazônia e seus efeitos na diminuição da sujeição do homem do campo às imposições da modernização conservadora, essas populações tem sido cada vez mais “periferizadas” em meio a esse movimento de integração.

As propostas alternativas, que procuram impregnar uma visão político-ecológica nas atividades de inserção da Amazônia no circuito competitivo não rompem com a ordem de

conhecimento vigente. Costa (2007), por exemplo, descreve o que chama de “outros sistemas produtivos da economia amazônica”, que têm como premissa um modelo de desenvolvimento “alternativo” que preconiza uma

[...] desejável combinação entre proteção dos ecossistemas relevantes, o uso racional dos recursos naturais [...], a adoção de sistemas rurais de produção que não impliquem o acelerado processo atual de desmatamento e, sobretudo, a introdução ou o fortalecimento de sistemas produtivos que sejam capazes, ao mesmo tempo, de promover a elevação dos padrões de vida das suas populações (COSTA, 2007, p. 86).

No centro desse debate estariam os bioprodutos: valores-de-uso formulados pelos recursos florestais em bases técnico-científicas avançadas que se transformam em mercadoria por meio das relações do ecobusines. Esse tipo de mercadoria se desenvolve em mercados como o de produtos de saúde (fitoterápicos, conforme apontado pelo PAS), cosméticos e, também, o agronegócio (COSTA, 2007). Costa alerta para o potencial econômico da descoberta de novos “biomateriais” através da pesquisa de plantas medicinais e toxinas animais, algo bastante pertinente, principalmente pela apropriação do conhecimento das populações que há séculos lidam com os recursos da floresta e que nos últimos anos têm sido refinados, do ponto de vista mercadológico, por pesquisas elaboradas em centros especializados e pesquisas biotecnológicas (GONÇALVES, 2001). O bioproduto seria a chave para a integração entre as atividades de subsistência secularmente desenvolvidas nas florestas e atores econômicos de natureza, escala e posições diversas.

Essa proposta é, também, basilar na discussão do PAS, como condição ao estabelecimento de um ambiente institucional favorável à governabilidade, com incentivos governamentais, do ponto de vista fiscal e creditício. Pode-se verificar, pelas estratégias apresentadas como supostamente “alternativas”, que se trata do fortalecimento de setores econômicos, sujeitos às contradições do amplo circuito de reprodução capitalista. A proposta se encaminha em dois sentidos: i) enquadramento das atividades de povos que durante longo tempo exercem atividades extrativistas e camponesas em um circuito de mercado, proporcionando que o produto do trabalho desses povos se torne mercadoria, mesmo que não seja resultado de um processo capitalista de produção (MARTINS, 1993); ii) apropriação do conhecimento desenvolvido pelas culturas locais, conforme expõe Gonçalves (2001), em favor de inovações tecnológicas que permitam o desenvolvimento de novas mercadorias e, por consequência, de novos mercados.

Antes, é preciso lembrar que esse movimento não é novo e se faz prática recorrente na história da Amazônia. Cita-se, como exemplo, a apropriação do conhecimento

indígena sobre as possibilidades do látex, ainda em meados do século XIX (GONÇALVES, 2001).

Parece razoável crer no potencial de tais atividades em ampliar a qualidade de vida das populações que dependem da floresta para sua reprodução. Todavia, nesse âmbito, não se constroem relações isentas de críticas. Existem vários pontos em que se pode questionar, como a questão do direito ao conhecimento produzido, que atualmente, na sociedade moderna, discutimos em termos de patentes. Em uma crítica mais radical, pode-se questionar a perspectiva de ganhos sobre qualquer conhecimento, que derivados de relações sociais perante a natureza, em essência, seriam coletivos (GONÇALVES, 2001).

As propostas apresentadas confirmam a estratégia de produção do espaço mediante a lógica da acumulação que separa (aliena) a apropriação dos recursos da floresta, materialmente e culturalmente exercida pelos seus povos, e a dominação exercida pelos agentes do capital. A tendência decorrente do projeto “alternativo” de desenvolvimento é a prevalência de uma produção do território que está vinculado aos parâmetros da sociedade ocidental capitalista, a ideologia do desenvolvimento, portanto com todas suas contradições inerentes (FURTADO, 1978; SANTOS, 1996).

Nesse aspecto, parece que se está diante de uma regra que coloca como premissa a competitividade. Mesmo as relações de produção consideradas “alternativas”, como o processo que envolve os bioprodutos, parecem estar se desenhando subordinadas a essa regra de produção territorial sustentada pelas políticas no âmbito do Estado. Trata-se de um territorialismo capitalista, em que as forças competitivas de mercado são colocadas como alternativa única de sociabilidade.

Reflexões finais

No ano de 2012 a PNDR passou por um processo de revisão por meio de conferências (estaduais, macrorregionais e nacional) de desenvolvimento regional, que contou com a participação de representações da sociedade civil. A princípio, pareceu ser uma tentativa de verificação social dos resultados dos primeiros anos da Política e um mecanismo de fortalecimento de seus quadros institucionais do MIN perante a estrutura organizacional do Governo Federal. Foram apresentadas, pelo próprio Governo, críticas à implementação da PNDR em seus primeiros anos, até 2010. As principais, dizem respeito à baixa capacidade de financiamento da Política e as suas incapacidades de articulação federativa e intersetorial (no âmbito do próprio Governo Federal). (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2012). Em março do ano de 2013, o processo conferencial proposto pelo MIN culmina na I

Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (ICNDR). Nesse espaço de debate foram elaborados os princípios e diretrizes regentes de uma nova fase da PNDR.

A análise dos princípios e diretrizes mostra que, de fato, a noção de desenvolvimento funciona como um eficiente formador de “consensos”. Ela está impregnada no saber social e orienta as formas de se pensar a sociedade. Todavia, verifica-se que uma série de expressões conflituosas permeou o debate desenvolvimentista na ICNDR, o que fica marca as fortes reivindicações em favor do respeito às diversidades regionais; dos direitos das populações tradicionais; da garantia dos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal de 1988; da ampliação dos mecanismos de participação social; e de uma articulação federativa entre os três níveis (Municípios, Estados e União), baseada em relações de cooperação e solidariedade. Reivindicações contrárias a um modelo de desenvolvimento considerado excludente e concentrador (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2013a; 2013b). Algo marcante que surgiu da ICNDR foi a proposta de criação de um Sistema Nacional de Desenvolvimento Regional, “como instrumento de planejamento, monitoramento, regulação e avaliação das políticas [...]” (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2013b). A ideia construída foi a de que esse Sistema funcione por meio de intensa participação social, com poder deliberativo. Verifica-se, ainda, o embrião de uma proposta contestadora mais radical. Surge nos princípios e nas diretrizes da ICNDR a ideia de um planejamento de bases solidárias, que se propõe a romper com a lógica fragmentadora de produção de territórios competidores (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2013b), o que permite vislumbrar a esperança de algo realmente novo, capaz de captar questões da realidade que apontem para um momento de transição (FREIRE, 1969).

A reivindicação, mais do que isso, a efetiva apropriação dos espaços institucionais de decisão, indutores da produção do território, incrustados nos aparelhos de Estado, alertam para outras territorialidades potenciais. Existem esforços sociais em favor da produção de outro território, a partir da disseminação de um otimismo crítico. Portanto, mesmo que, aparentemente, os espaços participativos aparentem estar preenchidos pelas ideias desenvolvimentistas, próprias da reprodução capitalista, o diferente, o diferencial pode aflorar (LEFEBVRE, 1991). De modo que, a partir desses espaços de participação, surgidos em instrumentos como a PNDR, é possível que as populações passem a entender o seu papel de sujeito que, coletivamente, se apropria de seu potencial criativo e produza territorialidades diferenciais. Para isso, um outro territorialismo seria importante: um que negue a reprodução social capitalista enquanto verdade absoluta.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, G. 1996. *O longo Século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo, ed. Fundação Editora da UNESP.

BRANDÃO, C. 2007. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas, ed. Editora da Unicamp.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. PNDR I – Política Nacional de Desenvolvimento Regional [Online]. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/politica-nacional-de-desenvolvimento-regional-pndr>. [Acesso em 25 mai. de 2014].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. 2005. Plano estratégico de desenvolvimento sustentável do semi-árido (versão para discussão) [Online]. Brasília. Disponível em: http://www.mi.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=347a66e5-2e91-49b7-9bd5-5762d4ae3e02&groupId=24915. [Acesso em: 25 mai. de 2014].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. 2007. Plano estratégico de desenvolvimento do Centro-Oeste [Online]. Brasília. Disponível em: http://www.sudeco.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=0bad5e63-814d-4a4f-acdb-52d23b6b8f80&groupId=14019. [Acesso em: 25 mai. 2014].

BRASIL. Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e dá outras providências [Online]. Brasília: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/D6047.htm. [Acesso em: 25 mai. 2014].

BRASIL. Presidência da República. 2008. Plano Amazônia Sustentável: diretrizes para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira [Online]. Brasília. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/mwg-internal/de5fs23hu73ds/progress?id=SfXA7soUK8>. [Acesso em: 25 mai. 2014].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. 2013a. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (ICNDR): Relatório final. Priorização da etapa nacional da ICNDR. Princípios [Online]. Brasília. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=881965ad-d8d2-46c7-ac03-d82ea675f97c&groupId=10157. [Acesso em: 25 mai. 2014].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. 2013b. I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (ICNDR): Relatório final. Priorização da etapa nacional da ICNDR. Diretrizes [Online]. Brasília. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=881965ad-d8d2-46c7-ac03-d82ea675f97c&groupId=10157. [Acesso em: 25 mai. 2014].

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. 2013c. Carta da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional [Online]. Brasília. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=881965ad-d8d2-46c7-ac03-d82ea675f97c&groupId=10157. [Acesso em: 25 mai. 2014].

- BRUNET, R.; et al. 1993. *Les mots de la Géographie: dictionnaire critique*. Montpellier: ed. Reclus; Paris: ed. La Documentation Française.
- CASTRO, Iná Elias de. 2005. *Geografia e política: território, escala de análise e instituições*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil.
- COSTA, Wanderley M. da. 2007. *Tendências recentes na Amazônia: os sistemas produtivos recentes*. In: COSTA, Wanderley M. da; BECKER, Bertha K.; ALVES, Diógenes Salas (ORG.). *Dimensões humanas da Biosfera-atmosfera na Amazônia*. São Paulo, ed. Editora da Universidade de São Paulo.
- FERRAZ FILHO, Galeno. 1981. *A transnacionalização da grande engenharia brasileira*. 1981. 327 f. Dissertação (Mestrado em economia) - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- FOUCAULT, Michel. 2008a. *Segurança, Território, População: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- FOUCAULT, Michel. 2008b. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- FREIRE, Paulo. 1969. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra.
- FURTADO, Celso. 1978. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra.
- FURTADO, Celso. 2000. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: ed. Paz e Terra.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. 2001. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: ed. Contexto.
- HAESBAERT, Rogério. 2006. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil.
- HUNTINGTON, Samuel P. 1997. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Rio de Janeiro: ed. Objetiva.
- LACOSTE, Yves. 1978. *Geografia do subdesenvolvimento*. São Paulo: ed. DIFEL.
- LEFEBVRE, Henri. 1991. *The production of the space*. Oxford: ed. Blackwell Publishers.
- MARTINS, José de Souza. 1993. *A chegada do estranho*. São Paulo: ed. Hucitec.
- POLANYI, Karl. 1980. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: ed. Campus.
- SANTOS, Milton. 1996. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo, Ed. Hucitec.
- SMITH, Neil. 1988. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Tradução de Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil.
- SOUZA, Marcelo de. 2007. *O território: sobre o espaço, poder, autonomia e desenvolvimento*. In: CASTRO et al (ORGs.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil.

